

CLIPPING

12 de Setembro de 2018
O Liberal – Atualidades, 05

No Brasil, mais de 100 mil pessoas sofrem com a violência e exclusão

A Fundação Papa João XXIII (Funpapa), da Prefeitura de Belém, informou, ontem, que o mais recente levantamento foi realizado pela Universidade Federal do Pará (UFPA) que, em parceria com Secretaria de Estado de Assistência Social Trabalho Emprego e Renda (Seaster), quantificou 583 pessoas em situação de rua em dois municípios da Região Metropolitana de Belém. Em 2014, o levantamento da UFPA

apontou que 583 pessoas moravam nas ruas de Belém e Ananindeua. A maior parte desta população tinha entre 18 e 29 anos e mais de 80% das pessoas pesquisadas queria deixar as ruas.

Para atender essa população, a Funpapa informou que o primeiro passo é o da aproximação com a pessoa em situação de rua que está vulnerável. “Em seguida, os educadores sociais oferecem os serviços disponibilizados

pela assistência social: acolhimento, encaminhamentos para emissão de documentos e, caso necessário, atendimento à saúde”. A Prefeitura de Belém disponibiliza dois espaços de acolhimento. Atualmente, 45 pessoas encontram-se acolhidas. Quanto ao perfil social dessas pessoas, ainda segundo a Funpapa, são usuários de drogas, sem referência familiar ou comunitária, oriundos de outros municípios e de outros estados.

Conforme estimativa realizada pelo Ipea em 2016, mencionada pelo Ministério dos Direitos Humanos (MDH), existem 101.854 pessoas vivendo em situação de rua no Brasil. Para essas pessoas, viver nas ruas tem sido sinônimo de conviver com a vio-

lência diária que se dá de variadas formas: violência física e psicológica impostas pela exclusão social, intervenções violentas por parte de policiais ou de fiscais, remoções arbitrárias ou recolhimento de pertences, negligência no atendimento, ausência de polí-

ticas públicas. “São vítimas de descaso, da discriminação, do preconceito e do desprezo que resultam, em muitos casos, em agressões, tentativas de homicídio, homicídios e chacinas, e ainda nas violações realizadas por agentes públicos no exercício de suas funções”, informa.